

Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ nº 59.312.117/0001-53

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **Endereços eletrônicos:** <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração.

A Administração da Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao exercício findo na data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia, fundada em 05 de fevereiro de 2025, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à gestão e administração de imóveis rurais. Até 31 de agosto de 2025, data de encerramento da safra 2024/25, a Companhia mantinha contrato de arrendamento rural com a SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. A partir da safra 2025/26, a Companhia passou a explorar economicamente seus imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Em linha com essa mudança, em dezembro de 2025, a Companhia alterou seu objeto social, passando a concentrar suas atividades nesse novo modelo de atuação. Nesse contexto, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com a SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção agrícola, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando a transição do modelo operacional e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra 2025/26, razão pela qual não houve reconhecimento de receitas relacionadas a essa nova operação no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados no novo modelo. No exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 26.204 mil, refletindo, substancialmente, os efeitos das operações conduzidas sob o modelo de arrendamento vigente até a safra 2024/25.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstração de Resultados - Período de 05 de fevereiro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Período de 05 de fevereiro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025
Ativo		Receita operacional líquida	15.802	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	15.086
Circulante		Custo dos arrendamentos	(124)	Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(364.000)
Caixa e equivalentes de caixa	333.911	Resultado bruto	15.678	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	682.825
Adiantamento a fornecedores	72	Receitas (despesas) operacionais		Aumento de caixa e equivalentes de caixa	333.911
Tributos a recuperar	2	Despesas gerais e administrativas	(1)	Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	-
Total do ativo circulante	333.985	Resultado operacional	15.677	Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	333.911
Não circulante		Resultado financeiro	(39.710)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	333.911
Imobilizado	271.381	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(24.033)		
Total do ativo não circulante	271.381	Imposto de renda e contribuição social	(2.171)		
Total do ativo	605.366	Prejuízo do período	(26.204)		
Passivo					
Circulante		Demonstrações de resultados abrangentes - Período de 05 de fevereiro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
Imposto sobre a renda e contribuição a pagar	18				
Títulos a pagar	308.236	Prejuízo do período	(26.204)		
Total passivo circulante	308.254	Resultado abrangente do período	(26.204)		
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	333				
Total do passivo não circulante	333				
Patrimônio líquido					
Capital social	1.198				
Reserva de capital	321.215				
Prejuízos acumulados	(25.634)				
Total patrimônio líquido	296.779				
Total passivo e patrimônio líquido	605.366				

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 05 de fevereiro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Companhia" tem como objeto realizar atividades de compra e venda de imóveis, arrendamento de imóveis, construção e administração de imóveis, bem como empreendimentos agrícolas. Até 31 de agosto de 2025, data de encerramento da safra 2024/25, a Companhia mantinha contrato de arrendamento rural com a SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. A partir da safra 2025/26, a Companhia passou a explorar economicamente os imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso da área e das benfeitorias. Com esta mudança, em dezembro de 2025, mudou o objeto social passando a ter como objeto a exploração da atividade de locação e cessão onerosa, sob qualquer forma, inclusive arrendamento ou parceria rural, de bens imóveis rurais de sua propriedade, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Receita operacional líquida:** *Receita de arrendamento:* A receita de arrendamento de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. *Receita de parceria rural:* O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre

as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Parcerias operacionais (produção agrícola):* A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. b) **Instrumentos financeiros:** *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

Custo amortizado: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos:* Caixa e equivalentes de caixa: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos:* Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Conselho de Administração

Aurélio Pavinato - Presidente
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro
Robson Lazzarotto - Conselheiro
Ivo Marcon Brum - Conselheiro
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro

Diretoria

Gustavo Macedo Lunardi
Álvaro Luiz Dilli Gonçalves
Ivo Marcon Brum
Aurélio Pavinato

Contador

Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9

RELATÓRIO DA AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2026, sem modificações. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 26 de março de 2026.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o
QRCode
 abaixo e entre
 em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

